



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de microcomputadores pessoais de mesa de alto desempenho, conforme as quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A demanda é pela aquisição de novas estações de trabalho de alto desempenho e confiabilidade em processamento de dados, atualizando, assim, os equipamentos utilizados por servidores e colaboradores técnicos especializados do TRESC, tais como analistas e desenvolvedores de sistemas, gerentes de redes e de banco de dados, entre outras atividades relevantes para a instituição. Assim, a contratação em estudo visa, primordialmente, assegurar a disponibilidade de equipamentos para suporte a atividades especializadas estratégicas para o negócio, por meio da atualização tecnológica e consequente mitigação de indisponibilidades parciais e totais nos equipamentos.

2.2. Objetivos e Benefícios

A contratação visa mitigar perdas de dados e informações, bem como de produtividade, ocasionadas por indisponibilidades parciais e/ou totais nas estações de trabalho de alto desempenho utilizadas por servidores e colaboradores do TRESC durante a realização de atividades especializadas complexas como desenvolvimento de sistemas, gestão de banco de dados, gestão de datacenter, entre outras, por meio da atualização tecnológica do parque, propiciando o uso de equipamentos novos, atualizados e superiores em capacidade de processamento e de memória, com recursos tecnológicos adequados à execução das diversas tarefas a serem demandadas pelas equipes técnicas da STI, contribuindo para o alcance da missão institucional do TRESC à sociedade.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none">IN31 - Manter parque tecnológico atualizado.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n.º 15.643/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Bem / Serviço	Demanda prevista	Quantidade a ser contratada
Microcomputador pessoal de mesa de alto desempenho	30 (trinta) unidades	30 (trinta) unidades



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Justificativa	Demanda prevista	Demanda a ser contratada
Atendimento à Coordenadoria de Soluções Corporativas da STI do TRES	17 unidades	17 unidades
Atendimento à Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica da STI do TRES	10 unidades	10 unidades
Atendimento à STI do TRES	1 unidade	1 unidade
Reserva técnica	2 unidades	2 unidades
Total	30 unidades	30 unidades

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado é de natureza comum, possuindo características usualmente encontradas no mercado, assim como padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas e constantes do Item 3 - “Especificação Técnica Detalhada” deste documento.

Item	Objeto	Quantidade
1	Microcomputador pessoal de mesa de alto desempenho	30 (trinta) unidades

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

O objeto pretendido não é tecnicamente divisível sem que haja prejuízo para o funcionamento da solução, não havendo condições, portanto, de parcelamento do objeto. A adjudicação será por item.

2.11. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

2.13. Impacto Ambiental

2.13.1. Dos resíduos sólidos

Para fins de atendimento ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa contratada deverá se responsabilizar pelo mecanismo de logística reversa de componentes ambientalmente perigosos.

2.13.2. Da limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente

Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas pelas diretrizes ambientais nacionais. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de Certificado de Rotulagem Ambiental (“Rótulo Ecológico”) emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **ou**
- b) Apresentação de Certificado de conformidade com a Diretiva RoHS, emitido por organismo acreditado pela ABNT, INMETRO ou instituição internacional similar; **ou**
- c) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos quanto à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente.

2.13.3. Do desempenho ambiental dos produtos

Os produtos ofertados devem estar em conformidade com normas ambientais de sustentabilidade. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de Certificado de Rotulagem Ambiental (“Rótulo Ecológico”) emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **ou**



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) Apresentação de Certificado EPEAT ou indicação de que o equipamento consta do site www.epeat.net na categoria “BRONZE” ou superior; **ou**
- c) Apresentação de Certificado de conformidade com a norma IEEE 1680, emitido por organismo acreditado pela ABNT, INMETRO ou instituição internacional similar; **ou**
- d) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos com as normas ambientais de sustentabilidade nacionais.

2.14. Conformidade Técnica

2.14.1. Da segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética

Os produtos ofertados devem oferecer segurança ao usuário, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de certificado emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **ou**
- b) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos com os requisitos nacionais de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia.

2.15. Obrigações da Proponente

A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos, bem como apresentar amostra do produto cotado, caso esta venha a ser exigida para a verificação de tais requisitos.

2.16. Obrigações da Contratante

- 2.16.1. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- 2.16.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- 2.16.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

2.17. Obrigações da Contratada

- 2.17.1. Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;
- 2.17.2. **Entregar os produtos em até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado** pelos representantes do TRE-SC, à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
 - 2.17.2.1. Os produtos entregues deverão ser novos (de primeiro uso) e idênticos, com componentes



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;

- 2.17.2.2.** Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais e lacradas, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;
- 2.17.2.3.** Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;
- 2.17.2.4.** Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;
 - 2.17.2.4.1.** Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
 - 2.17.2.4.2.** Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- 2.17.3. Dar garantia e prestar assistência técnica local ("on-site") ao computador ofertado e seus componentes (exceto teclado e mouse) pelo prazo de 60 (sessenta) meses após o recebimento definitivo;**
 - 2.17.3.1.** Obrigar-se a realizar, dentro do prazo de garantia, manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações sob demanda de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias e componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e suas partes, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
 - 2.17.3.2.** Fornecer peças de reposição durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, de desempenho igual ou superior;
 - 2.17.3.3.** Disponibilizar atendimento técnico, dentro do horário comercial, para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura do chamado, podendo haver, adicionalmente, disponibilização de sistema de atendimento eletrônico na Internet (web);
 - 2.17.3.4.** Prestar as assistências técnicas na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;
 - 2.17.3.5.** A Contratada deverá **solucionar o defeito apresentado em um prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do dia de abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;
 - 2.17.3.6.** Manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE-SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;
 - 2.17.3.7.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- 2.17.4.** Não transferir o objeto a outrem, no todo ou em parte, sem prévia anuência do TRE-SC;
- 2.17.5.** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. ITEM 1 - Microcomputador pessoal de mesa de alto desempenho, com as seguintes especificações técnicas:

TIPO

- 1.1. Microcomputador pessoal de mesa;

PROCESSADOR

- 1.2. Próprio para segmentos Desktop/Workstation/Server, não sendo aceitos processadores para segmentos Laptop/Mobile;
- 1.3. No mínimo, 8 (oito) núcleos físicos;
- 1.4. Suporte a conjuntos de instruções de 32 e 64 bits;
- 1.5. Suporte a tecnologias de extensões de virtualização;
- 1.6. Suporte à memória tipo DDR4-3200 ou superior;
- 1.7. Compatível com memória ECC - Error Correcting Code;
- 1.8. Controladora gráfica integrada, com suporte à resolução de 1920x1080 (60Hz), compatível com os padrões DirectX 12, OpenGL 4.5, HDMI 1.4 e Plug-and-Play, com suporte a 2 (dois) monitores independentes;
- 1.9. Pontuação "CPU Mark" de, no mínimo, 22.000 (vinte e dois mil) pontos segundo os resultados de benchmark publicados em: www.cpubenchmark.net/cpu_list.php para o processador cotado;
- 1.10. Além da pontuação mínima exigida no item anterior, o processador ofertado deverá constar da respectiva lista de processadores suportados pelo sistema operacional Microsoft Windows 11, disponíveis em:
- Processadores AMD:
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-amd-processors>
 - Processadores INTEL:
<https://docs.microsoft.com/en-us/windows-hardware/design/minimum/supported/windows-11-supported-intel-processors>
- 1.11. O processador cotado deve ter data de lançamento a partir do ano de 2020, não sendo aceitos processadores lançados em 2019 ou ano anterior, que tenham atingido fase de fim do ciclo de vida ("End-Of-Life") ou cuja produção tenha sido descontinuada pelo fabricante ("Discontinued");
- 1.12. Possuir potência térmica de projeto (TDP – Thermal Design Power) de, no máximo, 80 W (oitenta Watts), devendo acompanhar sistema de dissipação de calor eficiente e corretamente dimensionado para o processador cotado;
- 1.13. Devem constar na proposta comercial a marca, o modelo/família e o código completo do fabricante para o processador ofertado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

UEFI/BIOS

- 1.14. Compatível com o padrão UEFI, comprovado por meio da presença do fabricante na lista de membros do site do *Unified Extensible Firmware Interface Forum* - UEFI (uefi.org/members), em qualquer categoria (*Promoters, Contributors* ou *Adopters*);
- 1.15. Idioma Português ou Inglês;
- 1.16. Atualizada e atualizável por software;
- 1.17. Compatível com Plug-and-Play e Inicialização Segura ("Secure Boot");
- 1.18. Suporte a senha de proteção para acesso;
- 1.19. Suporte à inserção de código de identificação do equipamento com, no mínimo, 8 (oito) dígitos;
- 1.20. Suporte à inicialização (*boot*) pela rede (PXE) e por USB;

PLACA PRINCIPAL

- 1.21. Plenamente compatível com o processador cotado;
- 1.22. Suporte total às características especificadas para processador, memórias e dispositivos de armazenamento;
- 1.23. Suporte a tecnologias que implementam extensões de virtualização de entrada/saída (I/O);
- 1.24. Suporte a modo de operação com ECC - Error Correcting Code;
- 1.25. No mínimo, 4 (quatro) slots para módulos de memória UDIMM, com suporte a DDR4 de até 3200 MT/s com proteção ECC sem buffer ("unbuffered"), ambos acessíveis e atualizáveis, suporte a "Dual Channel" e configuração máxima de memória total de até 64 GB (sessenta e quatro gigabytes);
- 1.26. Controladora de som digital integrada, com alto-falante integrado de 2 W (dois Watts) ou superior;
- 1.27. Oferecer 1 (um) slot de altura integral livre, após a instalação de todos os componentes requisitados, para expansão padrão PCIe x4 ou x16, de 3ª geração ou superior;
- 1.28. Oferecer 1 (uma) baia interna livre, após a instalação de todos os componentes requisitados, para expansão de disco rígido de 3,5" adicional.

MEMÓRIA RAM

- 1.29. Memória RAM instalada de, no mínimo, 32 GB (trinta e dois gigabytes) DDR4-3200 ECC, configurada por meio de 2 (dois) módulos de memória idênticos de 16 GB (dezesseis gigabytes) DDR4-3200 ECC (2x16 GB), operando em "Dual Channel";

ARMAZENAMENTO

- 1.30. 1 (uma) unidade de disco de estado sólido (SSD) interna tipo SSD M.2 PCIe NVMe, com capacidade de armazenamento mínima de 512 GB (quinhentos e doze gigabytes), configurada como unidade primária e de inicialização do sistema ("boot");
- 1.31. 1 (uma) unidade de disco rígido (HDD) interna de 3.5" padrão SATA 3.0, com velocidade de 7200 RPM e capacidade de armazenamento mínima de 2 TB (dois terabytes);
- 1.32. 1 (uma) unidade de mídia óptica do tipo DVD±RW, padrão SATA, com acesso frontal no gabinete;

PORTAS EXTERNAS

- 1.33. No mínimo, 6 (seis) portas USB, sem a utilização de hubs ou adaptadores, sendo ao menos:
 - 4 (quatro) portas USB 3.2 de 1ª Geração (5 Gb/s) ou superior, Tipo A, estando ao menos uma dessas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

acessível na parte frontal do gabinete;

- 1 (uma) porta USB 3.2 de 2ª Geração (10 Gb/s) ou superior, Tipo C, acessível na parte frontal do gabinete;
- 1.34. 1 (uma) porta de rede Ethernet 10/100/1000 Mbps com conector tipo RJ-45, acessível na parte traseira do gabinete;
- 1.35. No mínimo, 2 (dois) conectores de vídeo digitais padrão DisplayPort 1.4 e/ou HDMI 2.0, acessíveis na parte traseira do gabinete. Não serão aceitos conectores padrão DVI e VGA;
- 1.36. Conectores (ou conector “combo”) para entrada e saída de linha de áudio, não sendo aceita solução USB para interface de áudio;

REDE

- 1.37. Controladora de rede Gigabit Ethernet integrada, compatível com os padrões IEEE 802.3, IEEE 802.3u e IEEE 802.3ab, configurável por software e com suporte a auto-negociação, WOL, PXE, Full-duplex, Plug-and-Play e múltiplas VLANs (IEEE 802.1q), não sendo aceita solução USB para interface de rede;
- 1.38. Controladora de rede sem fio integrada, compatível com padrão Wi-Fi 802.11ac e suporte a Bluetooth 5.0 ou superior, não sendo aceita solução USB para interface de rede;

SEGURANÇA

- 1.39. Módulo de Plataforma Confiável TPM (*Trusted Platform Module*) versão 2.0 ou superior, com implementação discreta, integrada ou de firmware (acompanhado dos respectivos drivers e softwares, se houver);
- 1.40. Fenda (*slot*) para trava de segurança tipo Kensington ou similar;

FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- 1.41. Fonte de alimentação bivolt automática (100~240V – 50/60Hz), com potência típica adequada para suportar todos os dispositivos internos e o perfeito funcionamento do equipamento;
- 1.42. Tecnologia de correção de fator de potência ativa (PFC - Power Factor Correction), com eficiência energética mínima de 92%, proteção antissurto e suporte à tecnologia WOL (Wake-on-LAN);
- 1.43. Acompanhar cabo de força com conector macho padrão brasileiro NBR 14136;

GABINETE

- 1.44. Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e de computador ligado, na parte frontal do gabinete;
- 1.45. Estrutura robusta e de bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;
- 1.46. Acabamento externo e interno composto de superfícies não cortantes;

TECLADO

- 1.47. Teclado com layout padrão brasileiro ABNT2, compatível com sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro, Plug-and-Play, resistente ao desgaste e respingo de líquidos, cor predominantemente preta, teclado numérico, ajuste de altura, teclas silenciosas, cabo de 1 metro ou maior, e conector USB;

MOUSE

- 1.48. Mouse a laser, compatível com sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro, Plug-and-Play, resolução mínima de 1200 DPI (*dots per inch*), 3 (três) botões (incluindo botão de rolagem), ambidestro, cor



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

predominantemente preta, cabo de 1 metro ou maior, e conector USB;

SISTEMA OPERACIONAL

- 1.49. Para cada equipamento deverá ser fornecida 1 (uma) licença original e perpétua do sistema operacional Microsoft Windows 11 Pro 64 bits Português/BR com direito a *downgrade* para Windows 10 Pro 64 bits Português/BR, com chave de ativação gravada no BIOS/UEFI;
 - 1.49.1. Alternativamente, poderá ser ofertada licença original do Microsoft Windows 10 Pro 64 bits Português/BR, desde que, caso seja feita atualização para o Microsoft Windows 11 Pro, a Contratada garanta a possibilidade de retorno ("*downgrade*") para o Microsoft Windows 10 Pro 64 bits Português/BR, a qualquer momento, plenamente ativado e licenciado para o TRESA.
- 1.50. A licença do sistema operacional deverá oferecer direitos completos do sistema, incluindo atualizações de segurança, não sendo aceita versão "*Trial*";
- 1.51. O equipamento e seus componentes devem ser compatíveis com os sistemas operacionais Microsoft Windows 10 Pro 64 bits, Microsoft Windows 11 Pro 64 bits, OpenSUSE Leap 15.4 (e superiores), e Ubuntu 22.04 LTS (e superiores);

SUSTENTABILIDADE

- 1.52. Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas na diretiva ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*);
- 1.53. Os produtos ofertados devem atender às normas ambientais de sustentabilidade e aos requisitos de segurança para o usuário e instalações, de compatibilidade eletromagnética e de consumo de energia estabelecidos pelas normas aplicáveis;
- 1.54. Os produtos devem ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais, lacradas e originais do fabricante, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e armazenagem segura;

OUTROS REQUISITOS

- 1.55. Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, modelos, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho, devendo ser entregues em pleno funcionamento e prontos para a utilização;
- 1.56. Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante, tais como elevação de frequência de *clock (overclock)*, características de disco ou de memória, bem como uso de drivers ou recursos não recomendados pelo fabricante;
- 1.57. Todos os componentes de software (drivers) que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento e de seus componentes deverão ser disponibilizados ou estar disponíveis para download na Internet;
- 1.58. Toda e qualquer licença, se necessário, deve estar registrada para uso pelo TRESA, não sendo admitidas versões "*shareware*" ou "*trial*";

GARANTIA

- 1.59. A Contratada deverá dar garantia e prestar assistência técnica "*on-site*", na sede do TRESA em Florianópolis/SC, ao computador e todos os seus componentes (exceto teclado e mouse) pelo prazo de 60 (sessenta) meses após o recebimento definitivo;
- 1.60. A garantia do teclado e o do mouse será a de fábrica;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

INFORMAÇÕES DE PROPOSTA

1.61. Deverá ser informado na proposta:

- **Marca e modelo/código do processador cotado; e**
- **Marca e modelo/código do computador cotado.**

1.62. Deverá acompanhar a proposta:

a) **Catálogos, fichas técnicas ou outros documentos relativos ao produto cotado, nos quais constem as informações necessárias à comprovação do atendimento às especificações técnicas exigidas**, preferencialmente indicando em quais catálogos/documentos se encontram as informações técnicas para a comprovação. Em caso de dúvida, o TRESC poderá solicitar à proponente informações adicionais para a devida comprovação do atendimento aos requisitos técnicos exigidos;

- b) 1 (um) documento comprobatório de limitação à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente;
- c) 1 (um) documento comprobatório de desempenho ambiental;
- d) 1 (um) documento comprobatório de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

N/A.

3.3. Códigos SIASG

Código: 460038.

3.4. Vigência

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 30 de agosto de 2022



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

- 1.1.1. A função de Gestor do Contrato caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC (SGATI), ou seu substituto, ou seu superior imediato, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 68, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-7459 e endereço eletrônico: csit-sgati@tre-sc.jus.br.
- 1.1.2. A gestão da contratação será confiada à Equipe de Gestão da Contratação, composta pelo Gestor da Contratação e pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo indicados abaixo:

Integrantes	Nome	Unidade
Gestor da Contratação	Gilberto José Rossa Jr.	Chefe da Seção de Gestão de Ativos de TI
Substituto	Gabriel Fernando D. Demétrio	Seção de Gestão de Ativos de TI
Fiscal Demandante	Gilberto José Rossa Jr.	Seção de Gestão de Ativos de TI
Substituto	Gabriel Fernando D. Demétrio	Seção de Gestão de Ativos de TI
Fiscal Técnico	Gilberto José Rossa Jr.	Seção de Gestão de Ativos de TI
Substituto	Gabriel Fernando D. Demétrio	Seção de Gestão de Ativos de TI
Fiscal Administrativo	Eduardo Cardoso	Seção de Licitações
Substituto	Carlos Ruas de Araújo	Seção de Licitações

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- 1.2.1. A Contratada deve entregar os produtos à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, **em até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado** pelos representantes do TRE-SC, sem que isso implique acréscimo no preço da proposta;
- 1.2.2. A Contratada deverá disponibilizar atendimento técnico para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, dentro do horário comercial, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura dos chamados;
- 1.2.3. A Contratada deverá prestar as assistências técnicas na Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, localizada à Rua Esteves Júnior, n.º 68, 2º andar, Centro, Florianópolis, SC, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal;
- 1.2.4. A Contratada deverá solucionar o defeito apresentado em um **prazo máximo de até 20 (vinte) dias** corridos, contados a partir do dia da abertura do chamado, para retorno do equipamento à plena operação;
- 1.2.5. A Contratada deverá manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE-SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;
- 1.2.6. A Contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.3. Instrumentos Formais

- 1.3.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

- 1.4.1. **A empresa contratada deverá dar garantia e prestar assistência técnica local ("on-site") a todos os componentes do computador ofertado (exceto teclado e mouse) pelo prazo de 60 (sessenta) meses após o recebimento definitivo do objeto;**
- 1.4.2. É obrigação da Contratada a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos produtos, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 1.4.3. Dentro do prazo de garantia, a Contratada obriga-se a realizar manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações, sob demanda, de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias, placas e demais componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e de suas partes, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 1.4.4. A Contratada deverá fornecer peças de reposição originais durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, também originais, de desempenho igual ou superior;

1.5. Acompanhamento do Contrato

- 1.5.1. A comunicação entre o TRE-SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico, e-mail ou pessoalmente, no local da prestação dos serviços.
- Seção de Gestão de Ativos de TI
 - Titular da Chefia: Sr. Gilberto José Rossa Júnior;
 - Telefone: (48) 3251-7440;
 - Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;
 - E-mail: csit-sqati@tre-sc.jus.br.
- 1.5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da entrega do objeto e da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pelo titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato.
- 1.5.3. A Fiscalização terá autoridade para:
- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer membro da equipe da Contratada que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às orientações do Gestor do Contrato, não implicando em modificações de prazo ou de condições contratuais;
 - b) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
 - c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
 - d) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução;
- 1.5.4. A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após os serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.5.5. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à SGATI/CSIT/STI do TRE-SC.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- 1.6.1. Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.
- 1.6.2. Os materiais entregues serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.
- 1.6.3. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.
- 1.6.4. O recebimento definitivo dar-se-á em até:
- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

- 1.7.1. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:
- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

- 1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas; e
- j) Cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) Não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) Deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) Não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) Falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) Fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) Comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) Cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021;

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021;

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;
- 1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;
- 1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;
- 1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
 - a) No caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
 - b) No caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.
- 1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos objeto desta licitação, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.
 - 1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.
 - 1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.
- 1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
 - 1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.
 - 1.11.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.
 - 1.11.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.